



GEORGES LOUIS HAGE HUMBERT

Coordenador

Prefácio

Adilson Abreu Dallari

Apresentação

Paulo Spencer Uebel

LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA E OS SEUS IMPACTOS NO DIREITO ADMINISTRATIVO

Este livro não é uma coletânea de comentários à generalidade dos dispositivos da Lei nº 13.874. A preocupação está focada em questões específicas, relativas a determinados assuntos ou problemas de direito administrativo afetados por essa nova legislação. É inegável que ela apresenta uma série de falhas ou imprecisões que dificultam sua interpretação e aplicação. A redação é extremamente prolixa, detalhada e até repetitiva, criando dificuldades de entendimento quanto ao que é aplicável. Tudo isso torna indispensável o trabalho da doutrina no sentido de suprir, reduzir ou eliminar as deficiências de redação e buscar o melhor entendimento possível para cada uma das normas. O maior mérito dos artigos constantes dessa coletânea está na ampla discussão de cada tema, examinando com profundidade científica as dificuldades para a busca da melhor interpretação, sem a preocupação de apontar soluções mágicas e definitivas.

Adilson Abreu Dallari

Este livro se propõe a fazer uma importante reflexão sobre a Lei da Liberdade Econômica e seus impactos no Direito Administrativo. Infelizmente, no Brasil, foi necessária a promulgação de uma lei para garantir aquilo que já deveria ser uma decorrência lógica da nossa Constituição Federal. O objetivo da lei foi justamente resgatar essa liberdade fundamental dos brasileiros, assegurando um conjunto de direitos para o livre exercício de atividades econômicas, sem uma intervenção excessiva do Estado. O livro coordenado pelo jurista e amigo Georges Humbert dará uma contribuição muito importante ao debate, trazendo novos aspectos que serão considerados no ordenamento jurídico brasileiro e na aplicação da referida lei.

Paulo Spencer Uebel

Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO

Áreas afins

DIREITO ECONÔMICO

Público-alvo/consumidores

Servidores, advogados, magistrados, estudantes,
administradores e empreendedores

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 10001764

L524 Lei de Liberdade Econômica e os seus impactos no Direito Administrativo /
Georges Louis Hage Humbert (Coord.).– Belo Horizonte : Fórum, 2020.

100 p.; 14,5cm x 21,5cm.

ISBN: 978-85-450-0756-2

1. Direito Administrativo. 2. Direito Econômico. I. Humbert, Georges Louis Hage.
II. Título.

CDD: 341.3

CDU: 342

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

HUMBERT, Georges Louis Hage (Coord.). *Lei de liberdade econômica e os seus impactos no Direito Administrativo*. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 100 p. ISBN 978-85-450-0756-2.

GEORGES LOUIS HAGE HUMBERT

Pós-doutor em Direito pela Universidade de Coimbra. Doutor e Mestre em direito pela PUC-SP. Advogado, formado pela Universidade Católica de Salvador. Foi Assessor Especial da Secretaria-Geral da Presidência da República (2019) e membro do Grupo de Modernização do Estado do Governo de Transição da Presidência da República (2018).

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Adilson Abreu Dallari	7
-----------------------------	---

APRESENTAÇÃO

Paulo Spencer Uebel	9
---------------------------	---

A SEGREGAÇÃO DE RISCOS E A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NOS ARTIGOS 49-A E 50 DO CÓDIGO CIVIL

André Castro Carvalho, Paulo Marzionna	11
Introdução	11
Da segregação de riscos ao abuso da personalidade jurídica	11
1 Segregação de riscos e desconsideração da pessoa jurídica no art. 14 da Lei nº 12.846/2013	13
2 Histórico do instituto na Justiça do Trabalho	16
Conclusão	21
Referências	22

LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA E OS LIMITES PARA A INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA

Bernardo Strobel Guimarães, Caio Augusto Nazario de Souza	25
1 Premissas da Lei de Liberdade Econômica: uma lei para limitar a intervenção estatal	25
2 Modos de atuação do Estado sobre a Ordem Econômica e o primado da liberdade econômica	27
3 O alcance da Lei de Liberdade Econômica	30
4 Declaração dos direitos de liberdade econômica	32
5 Os pressupostos para a intervenção do Estado na economia segundo a Lei de Liberdade Econômica	35
6 Conclusão	39

A LEI Nº 13.874/2019 – LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA – COMO INSTRUMENTO NORMATIVO CAPAZ DE COIBIR EVENTUAIS EXAGEROS DE REGULAÇÃO NO ÂMBITO DA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS, EM PARTICULAR NOS CASOS ENVOLVENDO ENTIDADES DE AUTOGESTÃO

Daniel Ferreira, Miguel Ferreira Filho	41
1 Considerações iniciais	41
2 Intervenção estatal no domínio econômico: antes e depois da Lei nº 13.874/2019	42
3 Os contratos de planos de saúde no Brasil	45
4 A regulação no Brasil e o papel da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)	49
5 Crítica à atuação da ANS em relação às entidades de autogestão e os potenciais impactos da superveniência da Lei nº 13.874/2019 no segmento	54
6 Considerações finais	60

LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA, NORMAS GERAIS E PRINCÍPIOS: IMPACTOS NA APLICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO NO DIREITO ADMINISTRATIVO, URBANÍSTICO E AMBIENTAL

Georges Louis Hage Humbert	63
1 Introdução	63
2 Normas gerais de incidência comuns ao direito administrativo, urbanístico e ambiental	64
3 Normas específicas de incidência no direito administrativo, urbanístico e ambiental	67
4 Considerações finais	69
Referências	69

LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA E PROCESSO ADMINISTRATIVO

Sergio Ferraz	71
1 Introdução e breve histórico. O enfoque constitucional	71
2 LPA e influxos da legislação posterior.....	74
3 A Lei da liberdade econômica (13.874/19) e a LPA	76
4 Conclusão.....	78

LIBERDADE ECONÔMICA EM FACE DO SILÊNCIO ADMINISTRATIVO NO DIREITO BRASILEIRO

Vladimir da Rocha França.....	79
1 Introdução.....	79
2 A liberdade econômica na Constituição Federal.....	81
3 O fenômeno do silêncio administrativo	84
4 Tutela da liberdade econômica em face do silêncio administrativo	88
5 Considerações finais.....	94
Referências	95

SOBRE OS AUTORES.....	99
-----------------------	----